

Marco Borges*

A importância do porto do Touro e do sítio arqueológico do Espigão das Ruivas (Cascais) entre a Idade do Ferro e a Idade Moderna

R E S U M O

Procuramos compreender de que modo o porto do Touro foi ocupado e prestou apoio à navegação numa larga diacronia que se estende desde a Idade do Ferro até à Idade Moderna. Este local é ladeado pelo Espigão das Ruivas, sítio arqueológico onde foram detectados fragmentos de cerâmica da Idade do Ferro, do Período Romano e da Idade Média, bem como as ruínas de uma estrutura pétreia, se bem que não se saiba exactamente qual a função que a mesma desempenhou.
Palavras-chave: Porto do Touro; Espigão das Ruivas; Idade do Ferro; Período Romano.

A B S T R A C T

We try to understand in which way the Porto do Touro was occupied and gave support to the navigation on a large diachrony that lasted from the Iron Age to the Modern Age. This location is flanked by the Espigão das Ruivas, an archaeological site where ceramic fragments from the Iron Age, the Roman Period and the Middle Ages were discovered, as well as the ruins of a stone structure, although there is no exact knowledge of its role.
Keywords: Porto do Touro; Espigão das Ruivas; Iron Age; Roman Period.

Introdução

O local conhecido como “porto do Touro”¹ situa-se próximo da Biscaia, no limite costeiro Noroeste do concelho de Cascais, um pouco a Sudeste do cabo da Roca, tendo sido utilizado até muito recentemente como porto de apoio à pesca. É ladeado pelo sítio arqueológico habitualmente denominado “Espigão das Ruivas” (poente), rochedo alto e sobranceiro ao mar, de acesso extremamente difícil e perigoso² e que em tempos recuados se desprende da encosta da serra de Sintra por acção dos agentes erosivos. A arqueologia mostrou que estes locais tiveram uma utilização/ocupação que remonta à Idade do Ferro, com continuação durante o Período Romano e Idade Média, se bem

* Investigador associado do Centro de História e do Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa.

¹ Tal como vem referido na documentação medieval e moderna em português. Actualmente, também é conhecido por Porto Touro, Guincho Velho, Porto de Pescadores ou *Secret*.

² Na subida final requer mesmo escalada, existindo, actualmente, uma corda que pode ajudar a esse efeito. Em 1991, aquando das escavações arqueológicas no Espigão das Ruivas, essa corda ainda não estava no local. Agradecemos esta e outras diversas indicações fornecidas por Guilherme Cardoso.

que ainda não esteja devidamente esclarecido qual o tipo de aproveitamento e funcionalidade dos mesmos em períodos tão recuados. Na verdade, existem diversas dúvidas e diferentes interpretações sobre a presença humana nestes locais.

Para além disso, a própria localização do Espigão das Ruivas foi uma tarefa bastante difícil para os investigadores do século XX, até porque o topónimo não surge na cartografia, sendo este um assunto que ainda hoje levanta questões e que precisa de ser analisado. Acresce a tudo isto a não existência de um estudo desenvolvido sobre o porto do Touro³, que envolvesse todas as problemáticas que aqui serão discutidas, pelo que havia de fazer algo nesse sentido. Assim, se numa primeira parte abordaremos a história da investigação dos sítios referidos, embora trazendo algumas novidades, é, sobretudo, numa segunda parte que traremos o grosso dos novos contributos interpretativos e alguns dados documentais muito pouco conhecidos. No geral, a metodologia de investigação seguida é apoiada no cruzamento do conhecimento histórico com dados arqueológicos, toponímicos, geográficos e geomorfológicos. Refira-se, porém, que este estudo acaba por se centrar mais nas cronologias e problemáticas da Antiguidade, em torno de fenícios e romanos, sendo a arqueologia o ponto de partida para o desenrolar das investigações.



Figura 1 – Pormenor da área costeira entre Sintra e Lisboa com alguns arqueossítios da Idade do Ferro.

³ Sobre os dois estudos de síntese disponíveis, vide *infra*, n. 23 e 39.

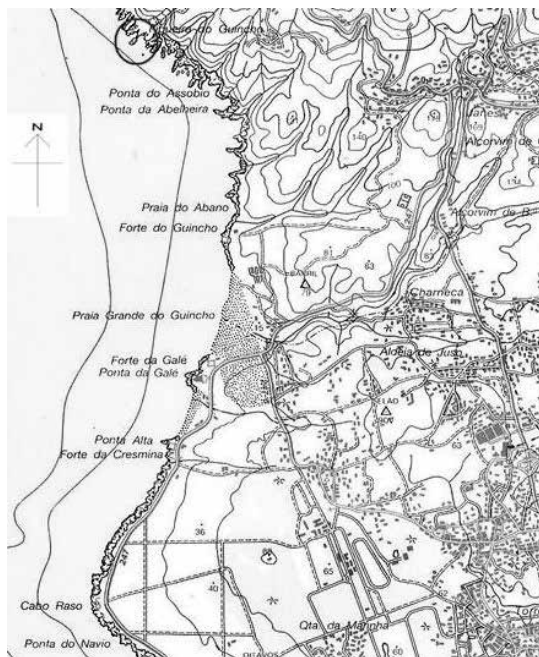


Figura 2 – Pormenor da costa de Cascais entre o cabo Raso e o porto do Touro (circundado). *Carta Corográfica de Portugal*, 1:50.000, IPCC, 1994.



Figura 3 – Vista aérea do porto do Touro e Espigão das Ruivas (indicado com a seta).

1. O porto do Touro e o Espigão das Ruivas: história da sua investigação

O sítio arqueológico do Espigão das Ruivas foi identificado na década de 1880 por Francisco de Paula e Oliveira⁴, capitão de artilharia, antropólogo e funcionário da Direcção dos Trabalhos Geológicos entre 1886 e 1888, ano do seu falecimento⁵. Por esta altura, o investigador desenvolveu

⁴ Francisco de Paula e Oliveira, “Antiquités Préhistoriques et Romaines des Environs de Cascaes”, extrait des *Communicações da Comissão dos Trabalhos Geológicos* (tom. II, fasc. I, 1888-1892), 10-11.

⁵ João Luís Cardoso e José Manuel Rolão, “Prospecções e escavações nos concheiros mesolíticos de Muge e de Magos (Salvaterra de Magos): contribuição para a história dos trabalhos arqueológicos efectuados”, *Estudos Arqueológicos de Oeiras* (vol. 8, 1999-2000), 84 e 91.

um importante trabalho de prospecção sistemática no concelho de Cascais, embora o seu falecimento repentino não tenha permitido o estudo da totalidade dos arqueossítios e materiais por si identificados. O relatório das suas observações acabaria por ser publicado postumamente sem que estivesse terminado⁶. Relativamente ao Espigão das Ruivas, Paula e Oliveira descreveu-o como sendo um rochedo muito escarpado e que, ao avançar para o mar, formava uma pequena península de acesso extremamente difícil, se bem que reconhecendo que aquela configuração provavelmente nem sempre teria sido assim. Nesse rochedo, o investigador referiu que havia identificado alicerces de edifícios, fragmentos de telhas e de cerâmicas, indícios que mostravam que o local havia sido habitado. Não tendo tido tempo para estudar aquelas ruínas, ou talvez se tenha furtado a isso pelo pouco interesse despertado, já que o investigador se importou mais com estações arqueológicas de carácter funerário⁷, tornou-se difícil a Paula e Oliveira avançar com a sua possível funcionalidade e idade, ainda que o próprio não tenha tido dúvida quanto a uma antiguidade remota que recuava pelo menos até ao Período Romano⁸. Aliás, o investigador chegou a interrogar-se sobre a possibilidade desse arqueossítio ser o local onde havia sido erguido o templo (ou santuário) romano dedicado ao Sol e à Lua que se sabia ter existido no litoral de Sintra. Muito embora pelas indicações de Francisco de Holanda⁹ e outros autores posteriores fosse perceptível que o dito templo havia sido construído no Alto da Vigia (Colares)¹⁰, a hipótese de Paula e Oliveira viria a ser retomada e mantida até recentemente.

Alguns aspectos importantes não são referidos por este investigador: a ligação do dito local com a pesca e vida marítima, a possível existência de edifícios na área adjacente, nem mesmo a associação com o topónimo porto do Touro, o qual surge em documentação medieval e moderna. Neste sentido, parece que em finais do século XIX não era conhecido entre os investigadores que, mesmo ao lado daquele rochedo, havia funcionado um espaço marítimo como antigo porto. Contudo, terá sido por intermédio de pessoas que frequentavam o local que Paula e Oliveira teve conhecimento dos vestígios arqueológicos do Espigão das Ruivas, muito provavelmente através de pescadores, ainda que possa ter omitido a sua presença naquele local e a possível existência de estruturas no território envolvente. Só mais tardiamente é que o porto do Touro vai aparecer identificado em trabalhos de investigação, não se sabendo também o momento exacto em que os pescadores começaram a usar o local e construíram estruturas habitacionais e de apoio à pesca na área adjacente.

Em 1943, o arqueossítio em análise viria a ser referido num estudo de Afonso do Paço e Fausto Figueiredo. Porém, no mapa que o acompanha, intitulado “Carta arqueológica do concelho de Cascais”¹¹, o topónimo aparece um pouco deslocado da sua posição e sem qualquer alusão ao porto do Touro. Nessa altura, ainda não se sabia qual a real localização do Espigão das Ruivas, embora as indicações geográficas deixadas por Paula e Oliveira, que não apresentou nenhum mapa no seu relatório, permitissem colocar o topónimo algures na área costeira da Biscaia.

⁶ Francisco de Paula e Oliveira, “Antiquités Préhistoriques”, 1-27.

⁷ Carlos Fabião, “100 anos de investigação arqueológica no concelho de Cascais”, *Arquivo de Cascais* (vol. 6, 1987), 45.

⁸ Francisco de Paula e Oliveira, “Antiquités Préhistoriques”, 11.

⁹ Francisco de Holanda, *Da fábrica que falece à cidade de Lisboa*. Introd., notas e coment. de José da Felicidade Alves ([Lisboa]: Livros Horizonte, 1984), 90-92 e fl. 24v e 25.

¹⁰ José Cardim Ribeiro, “Estudos histórico-epigráficos em torno da figura de *L. Iulius Maelo Caudicus*”, *Sintria* (vols. III, t. I, 1982-1983), 166; *Idem*, “Felicitas Ivliia Olisipo. Algumas considerações em torno do catálogo *Lisboa Subterrânea*”, sep. de *Al-Madan* (II sér., n.º 3, 1994), 86-87; *Idem*, “*Soli aeterno Lynae [...]*”, *Sintria* (vols. III-IV, 1995-2007), 596, 599-608, 614-616; *Idem*, “*Soli aeterno Lynae: o santuário*”, in *Religiões da Lvsitânia. Loquuntur Saxã* (Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, 2000), 235-239.

¹¹ Cf. Afonso do Paço e Fausto J. A. de Figueiredo, “Esboço Arqueológico do Concelho de Cascais”, *Boletim do Museu-Biblioteca do Conde de Castro Guimarães* (n.º 1, 1943), 15. O mapa foi reproduzido por Victor S. Gonçalves, *As ocupações pré-históricas das furnas do Poço Velho (Cascais)* (Cascais: Câmara Municipal de Cascais, 2008), 545.

Numa obra publicada em 1968, José d'Encarnação referia que a hipótese de ter existido o tal templo romano dedicado ao Sol e à Lua no Espigão das Ruivas era uma das boas intuições de Paula e Oliveira, a não ser que futuras investigações viessem a desmentir tal ideia¹². É de notar que ficou referido que as hipóteses daquele investigador nem sempre eram devidamente consideradas, havendo demasiado dogmatismo quanto a isso. No entanto, o arqueólogo não deixou de alertar para as necessárias cautelas que se deveriam ter ao ler Paula e Oliveira. Apesar de ser um dos pioneiros, o investigador, por vezes, havia referido ruínas pouco definidoras, sendo que algumas das suas afirmações tornavam-se difíceis de contestar *in loco*, uma vez que os topónimos apontados haviam sido esquecidos ou os vestígios arqueológicos tinham desaparecido por completo¹³. Por esta altura, ainda não estava (re)identificado o Espigão das Ruivas, nem se sabia que esse local ficava ladeado do porto do Touro, o qual também não vem referido na cartografia, parecendo que ainda não era muito conhecido entre os investigadores.

Somente em 1969, na *Monografia de Cascais*, é que o topónimo Porto Touro surge na cartografia (juntamente com o “rio Touro”), ainda que grafado manualmente – como acrescento – num mapa do concelho de Cascais e mais para Norte da sua real localização. Nesse mapa em questão, pode-se ver o local como limite marítimo Noroeste de Cascais, fazendo fronteira com Sintra, mas não é indicado o topónimo Espigão das Ruivas¹⁴.

Chegados a 1973, numa entrevista dada ao *Jornal da Costa do Sol*, a qual foi dirigida por José d'Encarnação, Guilherme Cardoso referia que, entre os sítios arqueológicos que Francisco de Paula e Oliveira havia referido no seu levantamento feito pelo concelho de Cascais, faltava ainda localizar o Espigão das Ruivas. A esse tempo, Guilherme Cardoso já estava a desenvolver um importante trabalho de prospecção por todo o concelho de Cascais, tentando em simultâneo localizar os sítios referidos por Paula e Oliveira e outros investigadores, acabando por divulgar os seus resultados sobretudo no supracitado periódico¹⁵. Neste contexto, o investigador referia que o Espigão das Ruivas deveria estar situado numa das arribas a Norte do Guincho, devendo “ser uma estação de extrema importância, até porque, devido à sua provável inacessibilidade”, supunha que estaria “quase intacta”.

Menos de dez anos volvidos, no n.º 833 do dito periódico, Guilherme Cardoso referia que continuava sem conseguir localizar o sítio arqueológico descoberto por Paula e Oliveira, chegando a ser pensado que se podia tratar de uma *villa* romana¹⁶. Contudo, por essa mesma altura, num outro artigo do mesmo investigador igualmente publicado no n.º 833 do *Jornal da Costa do Sol*, desta vez em co-autoria com Carlos Teixeira e Jorge Miranda, alude-se a alguns “factos históricos” que se passaram no “porto do Guincho Velho ou Porto Touro”, sendo este um “sítio pouco conhecido”¹⁷. O assunto diz respeito a um caso que, já durante a Monarquia Hispânica, envolveu Rodrigo dos Santos (mestre de uma caravela de Cascais) numa tentativa falhada de embarque e transporte de pessoas para França¹⁸. Para além deste acontecimento, é referido que as armações de Cascais, em

¹² José Manuel dos Santos Encarnação, *Notas sobre alguns vestígios romanos no Concelho de Cascais* (Estoril: Junta de Turismo da Costa do Sol, 1968), 12.

¹³ *Ibidem*, 4.

¹⁴ Cf. Ferreira de Andrade (dir.), *Monografia de Cascais* (Cascais: Câmara Municipal de Cascais, 1969), 33.

¹⁵ José d'Encarnação, “Muitos vestígios arqueológicos de Cascais ainda estão por explorar e correm o risco de se perder”, *Jornal da Costa do Sol* (n.º 506, 1973), 4; Guilherme Cardoso e José d'Encarnação, *Cascais no tempo dos Romanos*, sep. da *Revista de Arqueologia da Assembleia Distrital de Lisboa* (n.º 1, 1990), 2-3.

¹⁶ Guilherme Cardoso, “Carta arqueológica da Região Noroeste do Concelho de Cascais”, *Jornal da Costa do Sol* (n.º 833, 1982), 19.

¹⁷ Carlos Teixeira, Guilherme Cardoso e Jorge Miranda, “Terras cuja beleza se espelha no mar: Alcorvim, Almoinhas Velhas, Arneiro, Biscaia, Figueira do Guincho, Guincho, Janes, Malveira da Serra”, *Jornal da Costa do Sol* (n.º 833, 1982), 20.

¹⁸ *Ibidem*, 11.

dias de bom tempo, arribavam à enseada daquele porto com frequência¹⁹, embora esta seja uma alusão a tempos mais recentes. Desconhecia-se, ainda, que o sítio arqueológico do Espigão das Ruivas ficava mesmo ao lado do dito porto. Todavia, logo no ano seguinte, Guilherme Cardoso e Luís Pascoal estiveram a escassos metros de aceder ao local e de (re)descobrir aquelas ruínas, mas os fortes ventos que se faziam sentir elevaram a perigosidade na subida ao topo do rochedo, pelo que ambos tiveram de voltar para trás, sem identificar o arqueossítio.

Em 1987, A. H. de Oliveira Marques apresentou um mapa do termo de Cascais nos séculos XIV-XV em que o topónimo porto do Touro, em vez de se situar junto à costa, aparecia mais para Norte e para o interior do território²⁰ do que havia sido colocado em 1969. Para elaborar o mapa acima referido (fig. 9) e traçar os limites do termo de Cascais, Oliveira Marques terá seguido as indicações de alguma documentação medieval, sobretudo de uma carta régia de 8 de Abril de 1370²¹, confrontando os topónimos que surgem nesses documentos com cartografia mais recente. A referida carta é o célebre documento de doação do castelo e lugar de Cascais a Gomes Lourenço do Avelar, tendo dotado aquele local de um termo geográfico, separando-se assim de qualquer sujeição territorial a Sintra.

Em 1991, pouco mais de cem anos depois das indagações de Paula e Oliveira em Cascais, o Espigão das Ruivas estava, finalmente, (re)descoberto, vindo a sofrer uma intervenção arqueológica parcial nesse mesmo ano. A partir de então, passou a ser divulgado que o dito rochedo ficava ladeado do porto do Touro, sendo este referido como “o último local” onde se podia “aportar antes de passar o Cabo da Roca”²².

Os trabalhos arqueológicos decorreram entre 29 de Março e 10 de Abril. Naquele rochedo foi escavada uma estrutura pétreia rectangular de pequenas dimensões, com porta a Nordeste e já bastante danificada, situação que não permitiu aos arqueólogos determinar a sua utilidade. Para além disso, e dado o remeximento que toda a superfície do rochedo foi sofrendo ao longo do tempo, não foi possível destrinçar níveis estratigráficos²³. Ainda que as evidências detectadas não tenham correspondido às expectativas geradas pelas averiguações de Paula e Oliveira e à possibilidade de ali poder ter existido o dito templo, foi dada a conhecer a descoberta de importantes materiais arqueológicos datáveis da Idade do Ferro que consistem em cerâmica de pasta fina de cor cinzenta e castanha, correspondendo a fragmentos de pequenas taças e ânforas²⁴. Respeitantes ao Período Romano, ficou referida a recolha de dois fragmentos de uma pequena taça em *terra sigillata* sudgálica (forma Drag. 24/25), da segunda metade do século I d.C., um cossoiro, fragmentos de telhas grossas (*imbrices*), um anel (?) em fita de cobre, etc.²⁵. Refira-se, igualmente, que ficou em aberto a possibilidade de este sítio arqueológico ainda ter estado em actividade durante a Idade Média. Porém, o estudo dos materiais recolhidos, bem como da estrutura pétreia em si, ainda não foi realizado, pelo que não se estabeleceu o século exacto de início de ocupação do sítio, ou, pelo menos, a cronologia aproximada a que se reportam os materiais da Idade do Ferro mais antigos que ali subsistiram.

Embora por outros motivos, atrás invocados, os arqueólogos não tenham conseguido compreender a utilidade da estrutura pétreia em causa, Guilherme Cardoso, trazendo o topónimo “Touro” à questão e a ligação com o mar, colocou a hipótese de ali ter existido “um antigo templo com imagem de um

¹⁹ *Ibidem*, 20.

²⁰ A. H. de Oliveira Marques, “Para a História do Concelho de Cascais na Idade Média”, *Arquivo de Cascais. Boletim Cultural do Município* (n.º 6, 1987), 31.

²¹ “E damos lhe por seu termo como se começa pollo porto do touro” (Arquivo Nacional Torre do Tombo (ANTT), *Chancelaria de D. Fernando*, lv. I, fl. 56).

²² Guilherme Cardoso, *Carta Arqueológica do Concelho de Cascais* (Cascais: Câmara Municipal de Cascais, 1991), 20.

²³ Guilherme Cardoso e José d’Encarnação, “Sondagem no Espigão das Ruivas (Alcabideche, Cascais)”, *Al-Madan* (II sér., n.º 2, 1993), 150.

²⁴ Cf. Guilherme Cardoso, *Carta Arqueológica*, 31.

²⁵ *Ibidem*, 31; Guilherme Cardoso e José d’Encarnação, “Sondagem no Espigão”, 150.

touro²⁶, animal que simbolizava o desenvolvimento da violência sem contenção e que se encontrava associado ao culto de Poseidon, deus grego do mar a que os Romanos chamaram Neptuno”. Outra hipótese, segundo o mesmo investigador, era “sugerida pela existência do culto lunar na Serra de Sintra e em toda a região desde a Pré-História”, permitindo assim “ligar o touro à Lua, símbolo da luz que, na noite escura, servia de guia aos navegantes”²⁷.

Posteriormente, Guilherme Cardoso e José d’Encarnação voltaram a frisar que a escassez dos materiais e das estruturas identificadas não permitiam garantir o tipo de assentamento outrora existente no Espigão das Ruivas. Permanecendo por demonstrar a possibilidade de ali se ter edificado o célebre templo dedicado ao Sol e à Lua do litoral de Sintra, reiterou-se a ideia da antiguidade remota do “pequeníssimo porto de abrigo que lhe fica adjacente” e que está associado ao topónimo Touro²⁸. Outro dado referido diz respeito à existência de uma pequena nascente de água no lado oriental da praia do porto do Touro e que seria usada para abastecer os navegantes²⁹.

À possibilidade de ali ter existido um templo aderiu igualmente João Luís Cardoso. Segundo este investigador, no intenso comércio que se fazia sentir ao longo do litoral mediterrânico e atlântico, sítios mais majestosos haviam assumido especial importância para a navegação, ficando assinalados pela construção de templos, alguns de fundação pré-histórica. Assim, um dos raros casos em que se teria conseguido documentar uma destas situações era, precisamente, o do Espigão das Ruivas, local que havia sido associado ao culto de Poseidon, ou da Lua, como sugeria o topónimo Porto Touro³⁰. Como comprovativo da navegação atlântica em épocas tão recuadas, João Luís Cardoso referiu o achado de cepos de âncora na Berlenga, sendo que os restos de madeira que ainda se conservavam na “alma”, e depois de datados pelo método de radiocarbono, permitiram situá-los entre os séculos IV/V cal AC, os mais antigos que se conheciam até àquela altura.

Inicialmente interpretado como um possível local de culto, posteriormente surgiu uma hipótese divergente e que coloca as ruínas da estrutura detectada naquele rochedo como sendo o que restou de um antigo farol usado já no tempo dos fenícios. Devido à sua localização naquela costa particularmente recortada e escarpada, às reduzidas dimensões da área útil do sítio e porque nada de específico existia para além de uma estrutura rectangular cujo interior apresentava vestígios de fogo com carvões em abundância, Ana Margarida Arruda referiu que poderá ter existido ali um “farol” para apoio à navegação³¹. Este tipo de estruturas, edificadas em pontos estratégicos da costa,

²⁶ Embora sendo apenas uma hipótese, uma imprecisão levou a que fosse dito que na estrutura pétreia havia sido detectada “uma gravura representando um touro” (cf. Ricardo Soares, “Tartessos, um povo do mar. Génesis da navegação, técnicas de construção e embarcações mediterrâneas e pré-romanas” (2008), (disponível em <http://light-cyclops.blogspot.pt/2010/10/farol-de-pharos.html> - consultada em 1/05/2015).

²⁷ Guilherme Cardoso, *Carta Arqueológica*, 20.

²⁸ Guilherme Cardoso e José d’Encarnação, “A villa romana de Freiria (Cascais) e o seu enquadramento rural”, *Revista de Arqueologia da Assembleia Distrital de Lisboa* (n.º 2, 1995), 52-53.

²⁹ “[...] a jazida do Espigão das Ruivas, junto ao antigo Porto Touro, além de ser um porto de abrigo e possível santuário, seria já nessa época – como o é ainda hoje – um local onde podem abastecer-se de água os navegantes numa pequena nascente existente no lado oriental da praia” (cf. *Idem*, *Para uma História da Água no Concelho de Cascais* (Cascais: Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, 1995), 15).

³⁰ João Luís Cardoso, “O Bronze Final e a Idade do Ferro na região de Lisboa: um ensaio”, sep. de *Conimbriga* (vol. XXXIV, 1995), 34-35.

³¹ Ana Margarida Arruda, “Fenícios e Mundo Indígena no Centro e Sul de Portugal (séculos VIII-VI a.C.)” (Diss. Doutoramento, Universidade de Lisboa, 2000), 3-17 e 3-18; *Idem*, *Los Fenicios en Portugal. Fenicios y mundo indígena en el centro y sur de Portugal (siglos VIII-VI a.C.)* (Barcelona: Universidad Pompeu Fabra de Barcelona, 2002), 29; *Idem* e Raquel Vilaça, “O Mar Grego-Romano antes de Gregos e Romanos: perspectivas a partir do Ocidente Peninsular”, *Mar Greco-Latino*, coord. por Francisco de Oliveira, Pascal Thierry e Raquel Vilaça (Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2006), 44.

serviam para indicar pontos de referência para orientação marítima e evitar naufrágios, permitindo que os navios mantivessem a necessária distância e prudência em relação a terra³².

Carlos Fabião, numa comunicação apresentada em 2004 (Cascais), viria a reforçar a hipótese de o Espigão das Ruivas ter sido usado como farol para apoio à navegação, aludindo igualmente à detecção de abundantes vestígios de fogo na referida estrutura pétreia, pondo de lado a hipótese de o local ter servido de residência. “A dimensão da plataforma, mesmo atendendo à erosão a que teria sido sujeita, e a extensão do edificado não parecem permitir uma qualquer finalidade residencial do local, para além do mais, absolutamente agreste para uma fixação humana de carácter permanente”³³. Foi salientado que a possível estrutura de sinalização não teria as características das torres de Cádiz e da Corunha (“Torre de Hércules”) que serviram de farol, ou até mesmo da que poderá ter existido no estuário do Sado (Outão)³⁴ durante o Período Romano, se bem que estivesse próxima do Cabo da Roca, acidente geográfico merecedor de sinalização. Ainda assim, este sítio cascalense constituía “um indicador de que, para além das grandes torres de sinalização, poderiam ter existido também vários pequenos pontos de sinalização que auxiliavam a navegação atlântica”³⁵.

Contudo, estas últimas interpretações não deixam de levantar algumas dúvidas. Note-se que a alusão à detecção de carvões e vestígios de fogo no interior da dita estrutura pétreia não vem mencionada nos estudos que foram dados a conhecer sobre as intervenções realizadas no Espigão das Ruivas, sendo este um aspecto que fica por esclarecer, até porque foi a partir desses supostos vestígios que ganhou forma a ideia da existência de um antigo farol. Além disso, faz mais sentido que, a ter funcionado como pequeno farol, a estrutura em causa fosse mais elevada, sendo que a fogueira para iluminação/sinalização não se faria na parte inferior/interior (ao nível do solo), a qual corresponde ao que resta das ruínas que foram sujeitas a escavações, mas sim numa parte superior. A parte inferior do pequeno edifício deveria ter outras funções, possivelmente de abrigo enquanto se usava o local e de habitação temporária.

Nas ocasiões que visitámos o Espigão das Ruivas constatámos que existem barrotos de madeira no interior das ruínas da estrutura pétreia visível à superfície e que a mesma apresenta, hoje em dia, um formato circular (fig. 8), situações que mostram que o local foi frequentado até muito recentemente e que sofreu novas alterações de ordem antrópica após as escavações. Talvez esses barrotos, possivelmente ali colocados para serem queimados em fogueira dentro da estrutura, estejam associados ao contrabando marítimo exercido naquele local até há poucos anos. É de referir igualmente que no local existe uma corda fixa, para ajudar a subir o rochedo, e que não lá estava quando se procederam às escavações arqueológicas. Assim, se o referido rochedo poderá ter contido uma estrutura usada como pequeno farol na Antiguidade e em tempos posteriores, situação que não está devidamente esclarecida, poderá também ter sido usado em tempos recentes para sinalização marítima e indicação do local exacto em que os contrabandistas se deveriam aproximar daquela costa para se enquadrarem com o pequeno porto e descarregarem as suas mercadorias, as quais eram transportadas serra de Sintra acima. Neste seguimento, toda a presença humana posterior à Idade do Ferro, incluindo esta actividade (ou outras) em tempos mais recentes, muito provavelmente até anteriormente a 1991, foi revolvendo e afectando os níveis arqueológicos anteriores daquele rochedo, tanto mais que não se conseguiu obter estratigrafia

³² Ana Margarida Arruda, “Fenícios e Mundo Indígena”, 3-17 e 3-18; *Idem*, *Los Fenícios en Portugal*, 29; *Idem* e Raquel Vilaça, “O Mar Grego-Romano”, 44.

³³ Carlos Fabião, “A Dimensão Atlântica da Lusitânia: Periferia ou Charneira no Império Romano?”, in *Lusitânia Romana. Entre o Mito e a Realidade. Actas da VI Mesa Redonda Internacional sobre a Lusitânia Romana* (Cascais: Câmara Municipal de Cascais, 2009), 66.

³⁴ Ou, inversamente, no cabo Espichel (cf. Maria Luísa Blot, *Os Portos na Origem dos Centros Urbanos. Contributo para a Arqueologia das Cidades Marítimas e Flúvio-marítimas em Portugal* (Lisboa: Instituto Português de Arqueologia, 2003), 60; Jorge de Alarcão, “Notas de Arqueologia, epigrafia e toponímia – I”, *Revista Portuguesa de Arqueologia* (vol. 7, n.º 1, 2004), 317-319 e 324).

³⁵ Carlos Fabião, “A Dimensão Atlântica”, 66.

nas escavações realizadas naquele ano. Porém, importa enfatizar que aquele sítio não foi escavado na sua totalidade, podendo ainda trazer novos dados de cultura material em futuros trabalhos³⁶.

Em 2005, Guilherme Cardoso e José d'Encarnação referiam que no litoral atlântico existiam seguramente dois portos de abrigo já no Período Romano: um na baía de Cascais, outro nas faldas da montanha, ou seja, Porto Touro, sendo usado pela população serrana. Se o primeiro teria funcionado como porto de apoio à pesca e ao transbordo de mercadorias, o segundo, face à sua localização, poderia “ter servido também para vetusto local de culto, onde os deuses marinhos certamente nunca poderiam ser esquecidos. Que o vento nem sempre era de feição!...”³⁷. Num estudo publicado cinco anos depois, os mesmos investigadores referiam o Espigão das Ruivas como “um marco no povoamento da Idade do Ferro” desta área geográfica. Por ali teriam “passado os colonos fenícios e púnicos, que deixaram vestígios no alto do penhasco fronteiro ao porto natural de abrigo”³⁸. No entanto, em ambos os casos, nada é referido quanto às suas posições face à interpretação divergente relativa ao Espigão das Ruivas, ou seja, aquela que vê naquele local um antigo farol.

O porto do Touro e o Espigão das Ruivas viriam, ainda em 2009, a receber renovada atenção, desta vez numa obra da autoria da tripla de investigadores já referida anteriormente: Guilherme Cardoso, Jorge Miranda e Carlos Teixeira. A obra insere-se no âmbito da continuação do trabalho de divulgação das terras e gentes do concelho de Cascais que tinham iniciado em 1982 (*Jornal da Costa do Sol*). Sendo referido nesse trabalho que os vestígios arqueológicos da Idade do Ferro do actual território cascalense se encontram dispersos por todo o concelho, Freiria (S. Domingos de Rana), juntamente com o Espigão das Ruivas, são indicados como os locais mais importantes que remontam a esse período³⁹. No caso específico do Espigão das Ruivas, rochedo na cota dos trinta metros de altura, a estrutura ali escavada dizia respeito às “ruínas de uma pequena casa”⁴⁰. Face aos “grandes recipientes de cerâmica ali descobertos, nomeadamente ânforas”, ficou referido não haver dúvida de que o acesso ao sítio “se fazia por mar, visto que, por terra, seria difícil”⁴¹. Quanto ao porto local, que já havia dado abrigo a fenícios⁴², esse é referido como um abrigo natural que protegia “as embarcações das nortadas e dos temporais que fustigam o Cabo da Roca”⁴³, vindo o topónimo Porto Touro representado no mapa da freguesia de Alcabideche que acompanha a obra⁴⁴. Refere-se, ainda, que o porto do Touro estava “vacionado para a navegação de cabotagem, que obrigava a que os navios navegassem de dia, à vista de terra, e que tivessem locais predefinidos onde fosse fácil varar ou ancorar as embarcações, durante a noite, para descanso das tripulações e abastecimento de víveres”⁴⁵.

Já na parte alusiva ao Período Romano, é referido que o pequeno porto “terá servido mais como ponto de abrigo durante grandes viagens que transpunham o Cabo da Roca”⁴⁶. Mais adiante,

³⁶ Recentemente, em nova deslocação a este local, desta vez com Jorge Freire, observaram-se alguns fragmentos de cerâmica fina à superfície, a Nordeste da estrutura escavada.

³⁷ José d'Encarnação e Guilherme Cardoso, *A Presença Romana em Cascais. Um território da Lusitânia Ocidental* (Cascais: Câmara Municipal de Cascais, 2005), 18.

³⁸ Idem, *Património Arqueológico* (Cascais: Câmara Municipal de Cascais, 2010), 35-38.

³⁹ Guilherme Cardoso, Jorge Miranda e Carlos A. Teixeira, *Registo fotográfico de Alcabideche e alguns apontamentos histórico-administrativos* (Alcabideche: Junta de Freguesia de Alcabideche, 2009), 29.

⁴⁰ *Ibidem*, 393.

⁴¹ *Ibidem*, 30.

⁴² *Ibidem*, 391.

⁴³ *Ibidem*, 29.

⁴⁴ *Ibidem*, 20.

⁴⁵ *Ibidem*, 30.

⁴⁶ *Ibidem*, 32.

foram retomadas as ideias associadas ao templo dedicado ao Sol e à Lua que ali poderia ter existido⁴⁷, bem como ao possível templo com a imagem de um touro.

A grande novidade que este estudo traz, isto quanto ao que anteriormente havia sido escrito sobre a antiga ocupação humana do local, está no facto de ser dito que o Espigão das Ruivas teve mesmo um “povoado”⁴⁸, que a estrutura escavada seria uma pequena casa e que, à semelhança de outros locais do concelho de Cascais que haviam sido habitados durante o Período Romano e durante a Idade Média, este também havia sido nos dois períodos⁴⁹. Chegou mesmo a ser avançado que alguns fragmentos de telha exumados naquele rochedo são do Período Islâmico⁵⁰, sendo que num dos mapas da obra, e aonde vem grafado o topónimo indicativo desse sítio arqueológico, também é assinalada a presença visigótica no local.

Ora, importa desde já vincar que estes dados são desconhecidos por outros investigadores que se debruçaram sobre os locais em foco, tanto os que já citámos como os que citaremos mais adiante, sendo seguidas, ainda hoje, as informações dos estudos de 1991 e 1993 onde foram dados a conhecer os resultados dos trabalhos arqueológicos realizados no Espigão das Ruivas. Ou seja, os dados que apontavam apenas para a ocupação humana do local durante a Idade do Ferro e Período Romano, se bem que também tivesse sido pensado que o local ainda poderia ter estado em funcionamento durante a Idade Média.

Já em 2011, no seguimento das observações de Carlos Fabião e de Ana Margarida Arruda, Sónia Bombico retomou a ideia de a estrutura do Espigão das Ruivas poder ter funcionado como farol de apoio à navegação durante a Antiguidade⁵¹. No mesmo ano, e com base nas interpretações de Arruda, Elisa de Sousa seguiu semelhante ideia, ainda que acrescentando que os materiais ali exumados “nunca foram publicados devidamente”, situação que dificultava a atribuição de uma cronologia segura de ocupação do sítio⁵². No entanto, com base numa imagem presente na *Carta Arqueológica do Concelho de Cascais* (1991), avançou-se com possíveis tipologias dos fragmentos de ânforas ali presentes⁵³. Em todo o caso, como já vimos, a interpretação da cultura material ali detectada sofreu alterações (2009), sendo que os materiais contidos naquela imagem são agora referidos como pertencendo não apenas à Idade do Ferro mas também à Idade Média⁵⁴. Apenas um estudo aturado e publicação total dos materiais poderá elucidar melhor quanto a tipologias e diferentes cronologias.

Igualmente em 2011, num estudo sobre a costa e o porto de Cascais durante o Período Romano, António Carvalho e Jorge Freire aludiram a Porto Touro como um local de abrigo ou de espera. Os investigadores realçaram que este local, junto do sítio arqueológico em estudo, havia servido como porto de apoio à pesca, situação que definia tanto o seu potencial arqueológico como a sua actividade invisível em contexto sub-aquático⁵⁵. Ademais, referiu-se que a pequena enseada de Porto Touro apresentava características morfológicas proporcionadas pelo promontório e por uma hidrografia

⁴⁷ Se bem que o início das escavações no Alto da Vigia (2008) já tivesse permitido identificar estruturas passíveis de serem atribuídas a esse templo (*ibidem*, 392-394).

⁴⁸ *Ibidem*, 30.

⁴⁹ *Ibidem*, 33 e 393-394.

⁵⁰ *Ibidem*, 35.

⁵¹ Sónia Bombico, “Para uma valorização dos Itinerários Comerciais Romanos do Alto-Império no Atlântico – O papel do Património Cultural Subaquático” (Diss. Mestrado, Universidade de Évora, 2011), 74.

⁵² Elisa de Sousa, “A ocupação pré-romana da foz do Estuário do Tejo durante a segunda metade do 1.º milénio a.C.” (Diss. Doutoramento, Universidade de Lisboa, 2011), 37.

⁵³ *Ibidem*, 108-111, 262-264, 271 e 274.

⁵⁴ Cf. Guilherme Cardoso, Jorge Miranda e Carlos A. Teixeira, *Registo fotográfico*, 393.

⁵⁵ Cf. António Carvalho e Jorge Freire, “Cascais y la Ruta del Atlántico. El establecimiento de un puerto de abrigo en la costa de Cascais. Una primera propuesta”, in *Roma y las Provincias: modelo y difusión. XI Coloquio Internacional de Arte Romano Provincial* (vol. II, Badajoz: Consejería de Cultura y Turismo, 2011), 733.

que permitia fundear ou varar na pequena praia existente, havendo assim condições para aquele local ter sido utilizado com pequeno *refugium* temporal numa larga diacronia de ocupação. Embora a sessão de mergulho feita por Jorge Freire no local (2009) não tenha permitido detectar qualquer tipo de material arqueológico, o que poderá vir a mudar com novas explorações, o reconhecimento do fundo do mar naquele local permitiu identificar um canhão geológico⁵⁶.

Em 2012, num estudo sobre a defesa costeira no litoral de Sintra-Cascais durante o Período Islâmico, tivemos oportunidade de focar o porto do Touro como um dos locais importantes para a navegação neste litoral, associando-o à tal hipótese que vê neste sítio a possível existência de um antigo farol⁵⁷. Pouco depois, já em Março desse ano, e no âmbito do desenvolvimento da nossa tese de mestrado, tivemos a oportunidade de visitar o local. Essa deslocação permitiu não só o reconhecimento do território mas também o contacto com algumas pessoas que lá estavam e que vieram a transmitir-nos diversos dados orais. Embora tenham sido seguidas, para além da hipótese associada à estrutura para sinalização marítima, as possibilidades de este local poder ter servido para escoamento de algumas mercadorias das populações serranas e de poder ter sido usado por corsários para fazerem emboscadas aos navios que passavam nas imediações⁵⁸, ficou desde logo referido que as condições geográficas e geomorfológicas que o caracterizam não permitiam que se tornasse num porto comercial, estando ainda por perceber a história desse sítio⁵⁹.

Ainda em 2012, Jorge Freire retomou a ideia da possível existência de um antigo farol no Espigão das Ruivas⁶⁰. Um dado importante apontado, e que tem escapado a outros investigadores, tem a ver com a possível identificação do Espigão das Ruivas como correspondente ao Espigão da Ribalonga⁶¹, este último já presente na cartografia (fig. 10). Fica, no entanto, por confirmar esta possibilidade.

Neste sentido, e face aos outros dados que fomos indicando, parece que Francisco de Paula e Oliveira, na década de 1880, denominou este local de Espigão das Ruivas sem que o mesmo figurasse na cartografia. Aliás, como já se referiu, o relatório deste investigador nem sequer apresenta um mapa com a indicação dos locais em que se situavam os sítios arqueológicos que o próprio havia detectado. Daí que no mapa apresentado por Afonso do Paço e Fausto Figueiredo, não se sabendo a sua localização exacta, o topónimo Espigão das Ruivas aparecesse grafado um pouco mais para o interior. Não estando presente na cartografia, seríamos levados a crer que este topónimo tivesse apenas uma tradição antropológica ou que, sabendo-se da existência documentada do topónimo Espigão da Ribalonga naquelas imediações, pudesse ter havido alguma imprecisão. Na verdade, somos levados a pensar que poderá ter havido um erro aquando da publicação do relatório de Paula e Oliveira, ficando escrito “Ruivas” em vez de “Ruínas”⁶². Tal dúvida poderia ser dissipada com a consulta do relatório original do investigador, mas parece que o mesmo não

⁵⁶ E não o canhão de um navio, situação que referimos erroneamente em “O porto de Cascais durante a Expansão Quatrocentista. Apoio à Navegação e Defesa Costeira” (Diss. Mestrado, Universidade de Lisboa, 2012), 39.

⁵⁷ Marco Oliveira Borges, “A defesa costeira do litoral de Sintra-Cascais durante o Garb al-Ándalus. I – Em torno do porto de Colares”, *História. Revista da FLUP* (IV sér., vol. 2, 2012), 112-113.

⁵⁸ No âmbito do que é referido em “Roteiro”, *Um Olhar sobre Cascais através do seu Património, Cascais na Época dos Descobrimentos* (vol. III, Cascais: Associação Cultural de Cascais, 1989), 12, embora tenhamos seguido os assuntos sob a forma de hipóteses explicativas.

⁵⁹ Marco Oliveira Borges, “O porto de Cascais durante a Expansão Quatrocentista”, 39-40, 95 (n. 331), 165 e *passim*.

⁶⁰ Jorge Freire, “À Vista da Costa: a Paisagem Cultural Marítima de Cascais” (Diss. Mestrado, Universidade Nova de Lisboa, 2012), 53-54, 92 e *passim*. Por lapso, é referido que a estrutura arqueológica detectada no Espigão das Ruivas era de forma circular e que também haviam sido obtidos materiais arqueológicos da Idade Moderna no seu interior.

⁶¹ *Ibidem*, 53 e 106.

⁶² No Gabinete de Arqueologia do Museu Condes de Castro Guimarães existe uma versão portuguesa (dactilografada) do dito relatório, tendo sido traduzida da publicação em francês, e em que, em vez de “Espigão das Ruivas”, surge “Espigão das Ruínas”.

se encontra acessível⁶³. Neste contexto, talvez Paula e Oliveira, sem saber o nome exacto daquele espigão e como referência às ruínas que observou, tenha denominado o sítio provisoriamente de Espigão das Ruínas. Como o dito relatório foi publicado após a morte do investigador e sem que o mesmo estivesse terminado, quiçá não tenha tido tempo de procurar na cartografia do século XIX o verdadeiro nome daquele local e indicá-lo, apesar de poder saber que começaria por “Espigão [da Ribalonga?]”. No entanto, esta é apenas uma hipótese explicativa, bastante sugestiva tendo em conta as várias dúvidas que persistem, mas que apenas poderá ser confirmada ou desmentida com a consulta do relatório original. Para além disso, ainda não está confirmado que o Espigão da Ribalonga corresponde ao arqueossítio em estudo, pelo que são necessárias cautelas.



Figura 4 – Vista para o Espigão das Ruivas e porto do Touro.



Figura 5 – Praia do porto do Touro.

⁶³ Ao entrarmos em contacto com as funcionárias do Laboratório Nacional de Energia e Geologia disseram-nos que, salvo algum lapso, o relatório original de Francisco de Paula e Oliveira não consta do acervo arquivístico, que, actualmente, está em fase de tratamento.



Figura 6 – Praia do porto do Touro vista do Espigão das Ruivas.



Figura 7 – Porto do Touro visto do Espigão das Ruivas.



Figura 8 – Estrutura pétrea do Espigão das Ruivas (vista para Norte).

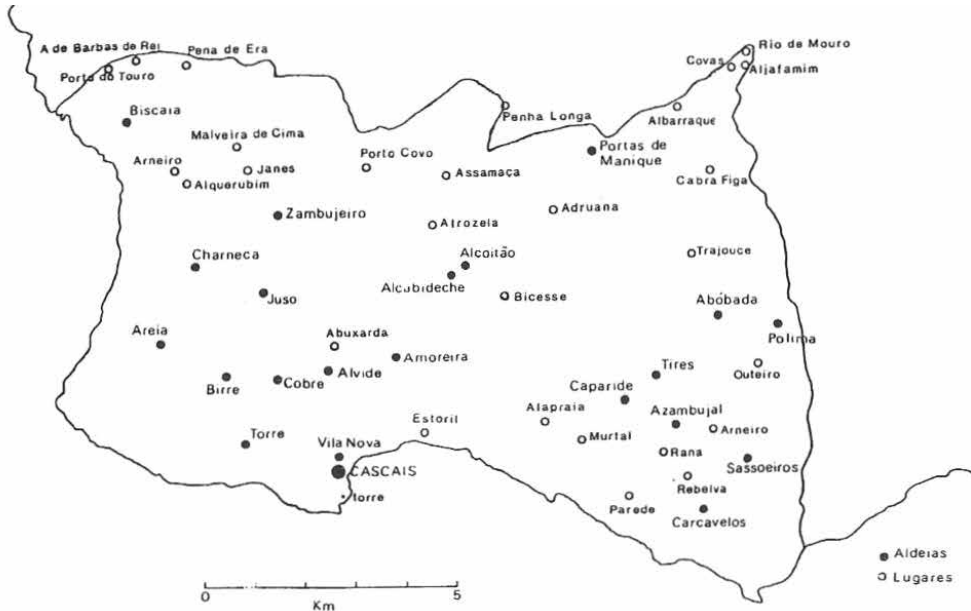


Figura 9 – Termo de Cascais nos séculos XIV-XV⁶⁴.



Figura 10 – Pormenor da costa Noroeste de Cascais num mapa alemão, 1911 (British Library).

2. O desenrolar das investigações: novas perspectivas e aspectos futuros

O enquadramento geográfico e o contexto geomorfológico da área em estudo são aspectos que precisam de continuar a ser explorados para a colocação de hipóteses explicativas que possam ajudar a compreender melhor as potencialidades e as suas dinâmicas em tempos antigos.

Do sítio arqueológico do Espição das Ruivas tem-se uma visão privilegiada para o mar do Guincho e o resto da costa até ao cabo Raso, permitindo assim vislumbrar sobretudo a navegação que vinha de Sul, fosse de Lisboa (passando pelo litoral de Cascais), de outros locais da actual costa

⁶⁴ Adaptado de A. H. de Oliveira Marques, “Para a História”, 31.

portuguesa ou do Mediterrâneo. Neste enquadramento, somos levados a crer que a área marítima confinante ao porto do Touro terá sido, desde tempos antigos, importante sobretudo para a navegação que vinha de Sul, fosse para estabelecer-se qualquer tipo de ligação com terra, para sinalização ou apenas para oferecer abrigo aos navios devido à nortada. De facto, voltado a Sul, nas faldas da serra de Sintra, mais protegido dos ventos de Norte e do mar bravio do que a costa do Guincho (voltado a Oeste), o porto do Touro, a sua área imediata e outras pequenas enseadas das proximidades têm a característica de serem relativamente abrigados. Se é típico ver aquele mar violento a rebrantar no Guincho, no referido porto e imediações as águas são mais calmas e o impacto da nortada é menor⁶⁵. Deste modo, fica por saber se noutras enseadas das proximidades também teria havido algum tipo de ligação com terra. É possível que a prospecção arqueológica daquela área costeira, quer a nível terrestre, quer a nível subaquático, possa levar a descobertas que permitam compreender melhor a ligação de todo aquele espaço com a actividade naval em épocas recuadas.

Um dos aspectos que desperta a atenção, quando se visita o porto do Touro, reside no facto de haver uma porção territorial útil mais alargada para o interior imediato e mais abrigada do que o exíguo sítio arqueológico escavado, sendo que entre a praia daquele porto e esse interior existem ruínas de edifícios e outros diversos vestígios de presença humana. Não teria havido já na Idade do Ferro, durante o Período Romano e Idade Média uma relação com esse interior imediato ao porto? Não teriam sido construídas habitações ou outro tipo de estruturas? Ademais, e apesar de apenas terem sido detectados vestígios arqueológicos da Antiguidade e Idade Média naquela área, não teria o local sido ocupado posteriormente, durante a Idade Moderna?

É muito provável que tenha havido uma ocupação humana espacialmente mais alargada daquela área durante a Antiguidade e a Idade Média, sobretudo onde actualmente ainda se encontram barracas e ruínas de algumas habitações geralmente referidas como tendo sido construídas por pescadores em tempos mais recentes. Se, de facto, a estrutura detectada no Espigão das Ruivas alguma vez serviu de farol, a funcionalidade do mesmo estaria intrinsecamente ligada com a área adjacente ao porto. Decerto que as pessoas associadas ao funcionamento daquela estrutura teriam habitação (sazonal?) na área imediata ao porto, deslocando-se ao Espigão das Ruivas quando fosse necessário emitir sinais de luz e prestar apoio à navegação. Talvez as elites indígenas de Lisboa ou dos arredores, ou até mesmo os próprios mercadores fenícios, a fim de protegerem os seus negócios e evitarem possíveis naufrágios, mantivessem naquele local um grupo de pessoas fixo para prestar apoio à navegação. Essas pessoas, para além de envolvidas no funcionamento do suposto farol, decerto que teriam igualmente a função de prestar apoio aos navios que ali fundeavam, fazendo a ligação entre terra e o mar através de pequenas embarcações quando fosse necessário.

Por outro lado, a ter existido um templo ou santuário naquela área, isto no âmbito da hipótese associada ao topónimo Touro, é possível que o mesmo pudesse estar localizado um pouco mais para o interior e não no Espigão das Ruivas. Todavia, o sacrifício de touros associado ao culto de Poseidon também se podia realizar numa praia, não sendo necessário qualquer tipo de estrutura para essa actividade⁶⁶. Aliás, um santuário nem sempre pressuponha a existência de uma construção, podendo tratar-se apenas de um local sacralizado. Em todo o caso, estando-se perante um marcador natural utilizado para fins culturais, este podia anteceder a construção de um templo, sendo que estas estruturas podiam ter um carácter polifuncional e polimórfico, abarcando a esfera religiosa, política e económica⁶⁷.

⁶⁵ Porém, aquela parte costeira a Sul está muita sujeita aos temporais de Sudoeste.

⁶⁶ Pedro Albuquerque, “Tartessos: a construção de identidades através do registo escrito e da documentação arqueológica. Um estudo comparativo” (Diss. Doutoramento, Universidade de Lisboa, vol. I, 2014), 154.

⁶⁷ Um santuário podia ser delimitado a partir de elementos naturais como, por exemplo, uma montanha, uma fonte, uma árvore, um bosque, um cabo, etc, sendo que também podia ser entendido como um espaço em que se inseria um conjunto de edifícios (cf. *ibidem*, 154-155).

Uma questão central, paralela à tentativa de compreensão do estabelecimento humano naqueles locais, tem a ver com a proveniência dos materiais arqueológicos ali detectados e a sua ligação aos circuitos comerciais da Antiguidade. Muito embora se saiba a cronologia de alguns fragmentos de cerâmica romana exumados no Espigão das Ruivas, e até se tenha procedido a observações sobre alguns dos materiais inicialmente atribuídos à Idade do Ferro, a verdade é que hoje em dia alguns deles também são vistos como pertencentes à Idade Média, sendo que ainda não foi feito um estudo aturado dos materiais obtidos naquele local. Neste sentido, urge fazer esse estudo para que se possa compreender de forma detalhada a cronologia dos materiais e respectiva ocupação inicial do sítio, a sua possível proveniência, a integração nos circuitos comerciais e os possíveis paralelos que se poderão estabelecer com outros sítios arqueológicos onde foi detectada a presença orientalizante.

A orientalização do território actualmente português tem sido associada à presença de mercadores fenícios estabelecidos nas costas da Andaluzia desde o século IX a.C. De uma forma geral, os contactos desses mercadores com a costa portuguesa costumam ser apontados para uma cronologia a partir de meados do século VIII a.C.⁶⁸, se bem que testes por radiocarbono tenham permitido enquadrar alguns elementos dos níveis sidéricos ainda no século IX a.C. (Santarém e Almaraz)⁶⁹. De facto, os dados actualmente disponíveis para o território português permitem uma leitura orientalizante a partir de contactos com os fenícios, embora outras hipóteses tenham sido aventadas, sobretudo uma que pretende atribuir aos tartéssios o protagonismo desse fenómeno, algo que não é de crer face a diversos dados que contradizem tal possibilidade⁷⁰. Apesar de tradicionalmente se associar o modelo expansionista e a presença fenícia no Extremo Ocidente à procura de metais (estanho, prata, ouro, ferro e chumbo), este motivo tem sido posto em causa a favor ou em conjugação com outros atractivos consideráveis: recursos agrícolas, recrutamento de escravos, exploração de recursos marinhos (pesca), a produção de sal e de púrpura⁷¹.

Seja como for, os contactos dos fenícios com a costa portuguesa, numa fase inicial, estabeleciam-se com navios que partiam de *Gadir* (Cádiz), colónia fenícia mais importante do Ocidente (fundada por mercadores de Tiro no século VIII ou ainda no século IX⁷²), ou de qualquer outra colónia ocidental sidérica para se deslocarem aos estuários do Guadiana, Gilão, Sado, Tejo e Mondego. Terá sido,

⁶⁸ Ana Margarida Arruda, “Fenícios e Púnicos em Portugal. Problemas e perspectivas”, in *Nuevas perspectivas II: la arqueología fenicia y púnica en la Península Ibérica*, eds. J. P. Vita y J. Á. Zamora y (Barcelona: Edicions Belaterra, 2008), 15; *Idem*, “Fenícios no território actualmente português: e nada ficou como antes”, in *El Carambolo. 50 años de un tesoro*, coord. M.ª Luisa de la Bandera Romero y Eduardo Ferrer Albelda (Sevilla: Secretariado de Publicaciones de la Universidad de Sevilla, 2010), 439-440; *Idem*, “A Oeste tudo de novo. Novos dados e outros modelos interpretativos para a orientalização do território português”, in *Fenícios e Púnicos, por terra e mar. Actas do VI Congresso Internacional de Estudos Fenícios e Púnicos* (vol. 2, Lisboa: UNIARQ, 2014), 530.

⁶⁹ Luís de Barros, João Luís Cardoso e Armando Sabrosa, “Fenícios na Margem Sul do Tejo. Economia e integração cultural do povoado do Almaraz - Almada”, sep. de *Estudos Orientais*, IV – *Os Fenícios no território português* (1993), 167; Ana Margarida Arruda, “Orientalizante e Pós-Orientalizante no Sudoeste Peninsular: geografias e cronologias”, *Anejos de AEspA* (XXXV, 2005), 287; *Idem*, “Fenícios”, in *Dicionário de Arqueologia Portuguesa*, coord. Jorge de Alarcão e Mário Barroca (Porto: Figueirinhas, [2012]), 158; Elisa de Sousa, “A ocupação da foz do Estuário do Tejo em meados do 1º milenio a.C.”, in *O Tejo, palco de interação entre Indígenas e Fenícios* (Vila Franca de Xira: Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, 2013), 103.

⁷⁰ Ana Margarida Arruda, “Indígenas, fenícios e tartéssios en el occidente peninsular: mucha gente, poca tierra”, in *Fenícios en Tartessos: nuevas perspectivas*, ed. Manuel Alvarez Martí-Aguilar (Oxford: Archaeopress, 2011), 151-155.

⁷¹ *Idem*, “Orientalizante e Pós-Orientalizante”, 294-298.

⁷² Mª Eugenia Aubet, “Cádiz y el comercio atlántico”, in *Actas del IV Congreso Internacional de Estudios Fenícios y Púnicos. Cádiz, 2 al 6 de Octubre de 1995* (vol. I, Cádiz: Servicio de Publicacions Universidad de Cádiz, 2000), 31-32 e 36; Oswaldo Arteaga y Anna-Maria Roos, “El puerto fenicio-púnico de Gadir. Una nueva visión desde la geoarqueología urbana de Cádiz”, *SPAL. Revista de PreHistoria y Arqueología de la Universidad de Sevilla* (n.º 11, 2002), 26 e 31.

sobretudo, com as elites locais das populações indígenas que ocupavam os grandes povoados destes estuários que os fenícios entraram em contacto e estabeleceram relações comerciais⁷³, trazendo produtos alimentares e objectos manufacturados que eram trocados por grandes quantidades de metais e outras mercadorias. A fixação efectiva de mercadores fenícios nos territórios indígenas do litoral português (segunda metade do século VIII a.C.: Tavira, Castro Marim, Setúbal, Almaraz, Lisboa, Santarém e Conímbriga), muito provavelmente em bairros, e a posterior fundação de colónias exógenas (século VII a.C.: Abul e, muito provavelmente, Santa Olaia), terá ocorrido num momento em que os contactos com as populações locais já estavam solidificados. Esta situação, realizável através de pactos, terá sido consentida por ser benéfica para as elites locais que nela encontraram um meio de aprofundar e reproduzir um sistema social em que detinham um estatuto superior⁷⁴.

Todavia, não foram apenas os grandes estuários as áreas tocadas pelo comércio e presença dos fenícios ocidentais que se deslocavam entre *Gadir* e a foz do Mondego. Outros locais do litoral português tiveram contactos e serviram de apoio à navegação, tendo de haver instalações portuárias que seriam um elemento fundamental em todo este processo⁷⁵. Neste sentido, e para além do porto do Touro, outros sítios do litoral de Cascais, como a costa da Guia – onde foi detectada uma âncora possivelmente pré-romana⁷⁶ – e o próprio porto local, terão tido alguma importância já naquela altura⁷⁷. De facto, a presença fenícia na actual costa portuguesa, sobretudo no Tejo, terá facilitado contactos com o mar de Cascais, situado na área de entrada desse estuário. A própria geomorfologia costeira da área portuária cascalense e arredores, com uma larga extensão e propicia para fundear, terá facilitado a presença da navegação fenícia, sendo que este local poderá ter sido um importante porto fenício ou indígena e via de abastecimento do interior do território cascalense e sintrense. No entanto, até ao momento, os testemunhos arqueológicos mais antigos da utilização deste porto pela navegação remetem-nos para o Período Romano, tendo sido inclusive detectadas cetárias na área portuária⁷⁸. O espólio mais antigo exumado nestas estruturas é enquadrável na primeira metade do século I d.C., se bem que a sua fundação possa ser mais antiga.

Voltando ao Espigão das Ruivas, e não estando feito o estudo da estrutura pétreia e da cultura material, os vestígios arqueológicos da Idade do Ferro obtidos naquele local tanto poderão estar associados à passagem directa de navegadores fenícios pelo porto do Touro como à própria redistribuição de produtos feita pela actual costa portuguesa e que, pelo menos num momento inicial, seria gerida pelas elites locais. Ou seja, por um lado, talvez a cultura material aí detectada esteja associada a contactos comerciais directos que os fenícios tinham com algum local a Norte do cabo da Roca, sendo o porto do Touro alvo de paragem para abrigo e, de algum modo, algumas mercadorias viessem parar a terra,

⁷³ Ana Margarida Arruda, “Fenícios e Mundo Indígena”, 10-17.

⁷⁴ *Ibidem*, 10-20; Manuela Barthélemy, “El comercio fluvial fenicio en la península ibérica”, in *Actas del IV Congreso Internacional de Estudios Fenicios y Púnicos*, 293; Ana Margarida Arruda, “Fenícios no território”, 442; *Idem*, “Fenícios”, 158; *Idem*, “A Oeste tudo de novo”, 513.

⁷⁵ *Idem*, “Fenícios e Mundo Indígena”, 3-18 e 9-14.

⁷⁶ Ainda que o assunto levante algumas reservas (cf. António Carvalho e Jorge Freire, “Âncora de pedra recolhida ao largo da Guia (Cascais)”, *Al-Madan* (II sér., n.º 15, 2007), 6).

⁷⁷ Manuel A. P. Lourenço, “História de Cascais e do seu Concelho”, *A Nossa Terra* (n.º 42, 1953), 8 e 19; *Idem*, *As Fortalezas da Costa Marítima de Cascais* (Cascais: Câmara Municipal de Cascais, 1964), [8]; António Carvalho e Jorge Freire, “Cascais y la Ruta del Atlántico”, 731; Marco Oliveira Borges, “A defesa costeira do litoral de Sintra-Cascais durante a Época Islâmica. II – Em torno do porto de Cascais”, in *Paisagens e Poderes no Medievo Ibérico. Actas do I Encontro Ibérico de Jovens Investigadores em História Medieval. Arqueologia, História e Património*, coord. Ana Cunha, Olímpia Pinto e Raquel de Oliveira Martins (Braga: Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória»/Universidade do Minho, 2014), 411.

⁷⁸ Guilherme Cardoso, “As cetárias da área urbana de Cascais”, *Setúbal Arqueológica* (vol. 13, 2006), 145-150.

provavelmente associadas ao descaminho e/ou ao abastecimento das pessoas que ali estariam fixas para apoio à navegação. Por outro lado, é possível pensar, por exemplo, em Lisboa como um centro de concentração de produtos alimentares e objectos manufacturados trazidos pelos comerciantes fenícios, havendo uma posterior redistribuição pelos povoados do *hinterland*⁷⁹ indígena envolvente, até mesmo através de alguns rios outrora navegáveis⁸⁰, estando o porto do Touro na rota dessas navegações. Importa referir que os fenícios vieram a aproveitar os circuitos comerciais indígenas do Bronze Final⁸¹, pelo que antes da sua chegada e mesmo durante a sua presença haveria uma linha de distribuição local/regional indígena, a qual veio a beneficiar com a chegada das mercadorias destes comerciantes. Possivelmente, a ocupação do porto do Touro já remontaria ao Bronze Final. Desta forma, a chegada de produtos ao território adjacente a este local poderia ter o mesmo seguimento do exemplo anteriormente referido.

No que respeita ao Período Romano, importa reter ainda que o porto do Touro e toda aquela costa da Biscaia, mais resguarda e voltada a Sul, também estavam na rota de uma linha comercial à escala regional que unia as *villae* do Ocidente do *Municipium Olisiponense* e *Olisipo*, sendo que alguns cursos de água outrora navegáveis serviam de ligação entre os dois pólos. É o caso do rio Lizandro/ribeira de Cheleiros (Mafra)⁸² e do rio de Colares (Sintra)⁸³, por onde teriam fluído navios e mercadorias envolvidas numa rede de ligações comerciais com *Olisipo* que teria estado activa sobretudo entre os séculos I-II e V d.C., havendo ainda elementos arqueológicos que permitem pensar numa maior antiguidade desses contactos navais⁸⁴. É possível, inclusive, que a ribeira de Colares já tivesse alguma importância no acesso naval ao interior de Sintra no âmbito comercial regional do Bronze Final⁸⁵.

De volta ao porto do Touro, importa reforçar alguns aspectos que, por vezes, escapam quando se fala deste local, sobretudo a quem não o visitou. Quando falamos deste sítio estamos a indicar um local exíguo, com uma praia pequena, de seixos, sem areia e bastante rochosa, que não é acessível a navios de médias e grandes dimensões. Os navios que quisessem largar ferro naquela área tinham de ficar um pouco adiante da pequena praia para evitar o contacto com as rochas, sendo aquelas imediações extremamente perigosas. A ligação com terra era feita através de pequenas embarcações que podiam varar, mas talvez apenas em períodos de preia-mar. Porém, o acesso à praia é bastante estreito, feito entre rochedos, sendo que ao mínimo desvio as embarcações a remos podiam chocar. Do mesmo modo, as embarcações que estivessem em terra – tal como aconteceu até recentemente – podiam ir para o mar, fosse para pescar ou para estabelecer contacto com navios, mas mais seguramente em períodos de preia-mar, mantendo-se os perigos (figs. 5, 6 e 7).

Um dos aspectos que também não pode ser posto de lado quando analisamos a importância do porto do Touro diz respeito ao seu enquadramento perante a presença humana desta região.

⁷⁹ Sobre este conceito, aplicado sobretudo para o estudo de épocas posteriores, cf. Marco Oliveira Borges, “Hinterland”, in *E-Dicionário da Terra e do Território no Império Português*, ed. José Vicente Serrão, Márcia Motta e Susana Münch Miranda (Lisboa: CEHC-IUL, 2016), (disponível em <https://editip.net/2016/02/29/hinterland/> – consultada em 29/02/2016).

⁸⁰ Ana Margarida Arruda, “Fenícios e Mundo Indígena”, 10-18.

⁸¹ Manuela Barthélemy, “El comercio fluvial fenicio”, 292.

⁸² Maria José de Almeida e Ana Catarina Sousa, “O Povoamento Rural Romano no Concelho de Mafra”, *Boletim Cultural* 95 (1996), 213-214.

⁸³ Marco Oliveira Borges, “A defesa costeira do litoral de Sintra-Cascais durante o *Garb al-Ândalus*. I”, 118; *Idem*, “Portos e ancoradouros do litoral de Sintra-Cascais. Da Antiguidade à Idade Moderna (I)”, in *Actas das Jornadas do Mar 2014. Mar: Uma onda de Progresso* (Almada: Escola Naval, 2015), 152-157 e 164; *Idem*, “Navegação comercial fluvio-marítima e povoamento no Ocidente do *Municipium Olisiponense*: em torno dos rios Lizandro (Mafra) e Colares (Sintra)”, in *Estudos em História da Antiguidade Clássica* (Coimbra: 2016), (no prelo).

⁸⁴ *Idem*, “Portos e ancoradouros”, 156 e 164; *Idem*, “Navegação comercial fluvio-marítima”.

⁸⁵ João Luís Cardoso e Maria João Sousa, “O Bronze Final na Serra de Sintra”, *Estudos Arqueológicos de Oeiras* (21, 2014), 366.

O povoado das imediações que salta mais à vista é Casais Velhos (Areia)⁸⁶, sítio que abrange uma área sobranceira às dunas do Guincho e que poderá ter sido ocupado ainda no século I d.C.⁸⁷. De Casais Velhos tinha-se uma visão formidável para toda aquela costa de mar, incluindo o porto do Touro (fig. 15), estando o povoado da Areia associado à vida marítima, se bem que ainda esteja por compreender a sua real extensão, necessitando-se de novos trabalhos arqueológicos. A área costeira do Guincho chegou mesmo a ser apontada como um possível desembarcadouro de navios romanos⁸⁸, assunto a que daremos maior atenção noutro lugar.

Durante a Idade Média, o sítio arqueológico do Espigão das Ruivas ainda esteve em actividade, sendo que, de momento, é possível remontar a presença humana naquele local ao Período Visigótico e ao Período Islâmico⁸⁹. É muito provável que, à semelhança de outros locais da costa de Sintra-Cascais que têm vindo a ser estudados⁹⁰, o porto do Touro tenha sido algo importante para a navegação muçulmana. Posteriormente, o local terá mantido ocupação ou, pelo menos, servido de apoio marítimo. Datam de 1253 (“portu Tauri”⁹¹) e 1370 documentos que aludem ao porto do Touro, indiciando assim a sua contínua utilização, ainda que os mesmos estejam inseridos no âmbito de delimitações territoriais, não referindo qualquer actividade portuária no local. Note-se, porém, que, anteriormente a 1370, este sítio estava integrado no território de Sintra, sendo bastante curioso que o termo de Cascais, uma vez traçado, tivesse início precisamente nesse local.

Para uma cronologia compreendida entre os séculos XVI-XVII o porto do Touro terá mantido alguma importância. Já se referiu o tal caso de Rodrigo dos Santos, mestre de uma caravela oriundo de Cascais que, nos tempos iniciais da Monarquia Hispânica, havia sido contratado por Dom P.^o Negro (embaixador do Congo) para transportá-lo secretamente a França com outros companheiros partidários de D. António, prior do Crato, tendo o embarque sido acordado para aquele porto. Depois de reunidos no mosteiro de Colares, local indicado pelo mestre, que ali tinha um sobrinho como frade, descer-se-ia a serra de Sintra até ao dito porto para se embarcar pela noite. Porém, o súbito aparecimento de um tal de Diogo Cardoso, homem que não estava incluído no grupo inicial que faria a viagem secreta e que pedia que o levassem consigo, levantou forte desconfiança. Ao que parece, tendo sido rejeitada a sua inclusão no grupo, o intruso quis retornar a Lisboa já durante a noite, pelo que alguns “sospejtaram mal dele, e o quizeram matar”, enquanto que outros se opuseram a tal desfecho⁹². Não se sentindo à vontade com tal situação, e estando descoberto o segredo e a embarcação que os levaria até à caravela, a qual estaria frente ao porto do Touro, o grupo inicial acabou por abandonar o empreendimento e fugir.

Deste caso podemos reter alguns dados importantes. Em primeiro lugar, confirma-se que neste sítio havia uma ligação entre terra e o mar que era feita através de uma pequena embarcação e um navio de maiores dimensões, sendo esta uma actividade conhecida em Cascais, pelo menos no caso de Rodrigo dos Santos, mas que deveria estender-se a outros mareantes locais e ter alguma tradição. Neste sentido, não era por acaso que o porto do Touro estava a ser usado por esta altura, sendo muito provável que ocorressem outros tipos de ligações para além deste género de embarques.

⁸⁶ O estudo mais actualizado sobre este local é de Guilherme Sarmento, “O povoamento tardo-romano na localidade de Casais Velhos, Areia”, (Diss. Mestrado, Universidade Nova de Lisboa, 2012).

⁸⁷ *Ibidem*, 38-40.

⁸⁸ Afonso do Paço e Fausto Figueiredo, “Vestígios romanos dos Casais Velhos (Areia – Cascais)”, in *I Congresso Nacional de Arqueologia e V Congresso Arqueológico do Sudeste Espanhol. Almeria. Abril 1949* (Lisboa: Junta de Turismo de Cascais, 1949), s/p.

⁸⁹ Guilherme Cardoso, Jorge Miranda e Carlos A. Teixeira, *Registo fotográfico*, 35 e 38.

⁹⁰ Vide supra, n. 57 e 77.

⁹¹ Pub. por Francisco Costa, *Estudos Sintrenses* (I, Sintra: Câmara Municipal de Sintra, 2000), 97.

⁹² Pedro de Frias, *Crónica Del-Rei D. António*. Estudo e leitura de Mário Alberto Nunes Costa (Coimbra: Universidade de Coimbra, 1955), 345-346.

É muito provável que, nesta altura, já existissem estruturas naquele local e que pudessem, inclusive, ser reaproveitamentos de épocas mais antigas, servindo para apoio a quem usava o porto e a pequenos desembarques. Chegou a ser colocada a hipótese de que, em vez da laje do Ramil, o porto do Touro tenha sido um dos locais onde as forças espanholas desembarcaram quando atacaram Cascais em 1580⁹³, se bem que nos pareça muito pouco provável, havendo outros locais da costa cascalense que forneciam melhores condições para a saída em terra.

Para além do caso da tentativa de embarque na dita caravela, e que comprova a importância daquele local durante a Idade Moderna, existem referências cartográficas (séculos XVII-XIX) a um porto situado na fronteira entre a costa de Sintra e Cascais e que correspondem ao porto do Touro. O primeiro mapa conhecido, da autoria de Pedro Teixeira (1634), alude claramente ao “Porto do Guincho” (fig. 11), naquilo que será uma alusão ao porto do Touro, até porque o local, ainda hoje, é igualmente conhecido por Guincho Velho. Posteriormente, temos mapas dos arredores de Lisboa com alusões ao “porto do Guinel”, evidente corruptela de Guincho, e ainda outros, mais tardios, grafados com o topónimo “porto do Sinchel”, correspondendo todos ao porto do Touro.

Tudo isto permite pensar, de facto, que este local teve certa importância durante a Idade Moderna, inclusive em séculos posteriores, e que ainda haveria uma ocupação humana do local. Pela sua posição abrigada e até estratégica, é muito provável que a costa de mar onde se encontra este local tenha servido de apoio a corsários e a piratas que esperavam nas imediações pela passagem de navios. Sabemos de diversos casos de corso e pirataria ocorridos no litoral de Sintra e Cascais entre finais da Idade Média e a Idade Moderna, pelo que o porto do Touro e arredores poderão ter sido usados nesse contexto. Na verdade, sabe-se que o cabo da Roca e a enseada de Assentiz, sítios muito próximos do referido local, foram estratégicos para este tipo de actividades⁹⁴.



Figura 11 – Pormenor de um mapa do atlas da Península Ibérica de Pedro Teixeira (1634).

⁹³ Ivone Correia Alves, *D. Diogo de Meneses* (Cascais: Câmara Municipal de Cascais, 2010), 25-30.

⁹⁴ Marco Oliveira Borges, “Portos e ancoradouros”, 162-164.



Figura 12 – Ruínas de uma estrutura do porto do Touro que chegou a funcionar como taberna.



Figura 13 – Ruínas da mesma estrutura (vista para Sul).

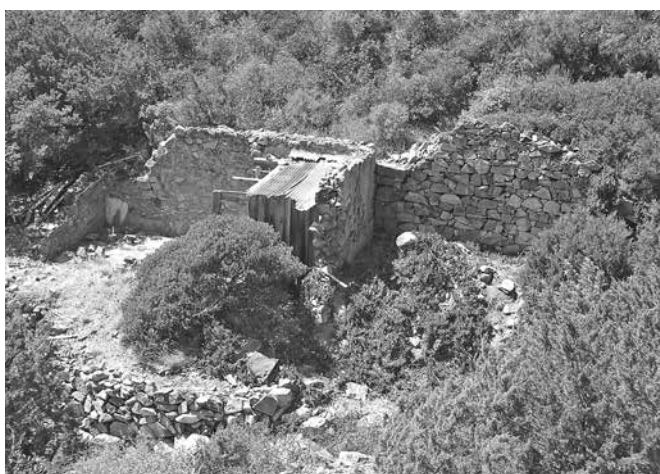


Figura 14 – Outras ruínas de uma estrutura (vista para Poente).



Figura 15 – Vista de Casais Velhos para a área onde se encontra o porto do Touro.

Conclusão

Pouco mais de cem anos depois das indagações arqueológicas de Francisco de Paula e Oliveira pelo concelho de Cascais, o Espigão das Ruivas foi finalmente (re)descoberto e feitas escavações parciais, sendo que as evidências detectadas não corresponderam às expectativas. Inicialmente proposta como sendo o que restava das possíveis ruínas do templo dedicado ao Sol e à Lua, ou até mesmo de um outro associado a Poseidon, a estrutura descoberta passou depois a ser vista também como um possível farol ou uma casa de pequenas dimensões. A hipótese relacionada com um antigo farol utilizado numa larga diacronia parece-nos a mais viável, devendo a edificação primitiva ter um nível superior para funcionar como local onde se acendia uma fogueira, e um nível inferior para espaço de abrigo e dormida, embora este seja um assunto que não está devidamente esclarecido e que precisa de continuar a ser explorado. Quanto à cultura material ali detectada, e se inicialmente foi avançada apenas a presença sidérica e romana, mais recentemente foi também referido que o local teve ocupação visigótica e muçulmana. Como possibilidade, é igualmente exequível a ocupação do sítio já no Bronze Final, ainda antes da chegada dos fenícios ou apenas previamente à sua fixação efectiva na actual costa portuguesa. Falta, no entanto, que se faça o estudo da estrutura, dos materiais arqueológicos ali detectados e a respectiva publicação para que se conheçam melhor as dimensões pétreas, tipologias cerâmicas e cronologias de ocupação do sítio e do próprio porto adjacente.

O conhecimento histórico e os dados cartográficos permitem acrescentar que o porto do Touro continuou a ser utilizado durante a Idade Moderna, ficando por saber se o sítio arqueológico do Espigão das Ruivas ainda estava em actividade por essa altura. Tendo a área confinante a esse porto um elevado potencial do ponto de vista arqueológico, era importante desenvolver trabalhos de prospecção nas imediações e possíveis escavações que pudessem trazer novidades e compreender melhor qual o tipo de ocupação humana desde tempos mais recuados⁹⁵. Decerto que aquele espaço também terá níveis arqueológicos sidéricos, romanos, medievais e posteriores, embora estes possam também ter sido afectados pela presença humana que se foi sucedendo e que se manteve até há poucos anos. Aliás, é muito provável que as ruínas (ou apenas parte) das edificações pétreas que ainda hoje são visíveis no local possam ter sofrido alterações ao longo do tempo, podendo inicialmente ter integrado um pequeno povoado cuja presença humana se foi complexificando e que estaria associado à manutenção do suposto farol e ao apoio à navegação que ali aportava, ao mesmo tempo que teria aproveitado o local para fins piscatórios.

⁹⁵No Verão de 2015, uma deslocação a este local permitiu a observação de diversos fragmentos de cerâmica, precisamente na parte em que foram edificadas algumas estruturas de pescadores. Alguns fragmentos têm correspondência tipológica com outros que pudemos observar junto às ruínas do Forte Novo, não muito longe da Boca do Inferno.